

**Artigo:**

## **Ambientalismo de Resultado**

**por Valdir Colatto\***

Santa Catarina 1/4/2011 - Na década de 50 o governo obrigava desmatar para o agricultor garantir o direito de propriedade. Na década de 60 o governo desmatava nas margens dos rios para combater a malária e a febre amarela. Nos anos 70 o governo incentivava suinocultura na margem dos açudes para fazer a criação dos suínos, aproveitando os dejetos na alimentação dos peixes.

Na década de 80 implantou o PROVARZEA (drenagem de banhados) para o plantio nas várzeas, que eram e são as terras mais férteis. Na década de 90 utilizou as áreas com mata para fazer assentamentos da Reforma Agrária classificando áreas com matas como improdutivas.

A partir de 2000 quem fez isso o governo enquadrado como criminoso ambiental. E daí cara pálida? Hoje quando se apresenta a proposta para atualizar o Código Florestal Brasileiro, respeitando as áreas consolidadas, os ambientalistas mais radicais alardeiam que vão anistiar os desmatadores e aqueles que desrespeitarem a legislação ambiental.

Como engenheiro agrônomo vivenciei a partir dos anos 70 esta realidade e não é justo que a legislação atual debite essa culpa ao produtor rural e os ambientalistas escondam as mazelas ambientais urbanas elegendo os agricultores os grandes culpados.

A legislação ambiental tem dois aspectos, é flexível com fiscalização rigorosa, ou é rigorosa com fiscalização impossível, como é a atual. O Congresso Nacional, através dos parlamentares mais próximos dos problemas ambientais, neste conflito generalizado entre a produção e o meio ambiente, tem que buscar solução respeitando a realidade de cada Estado, cada município e de cada propriedade deste país, com a implantação do Código Ambiental Brasileiro, onde a cidade e o campo, num cenário real sem utopias, na busca do meio ambiente sustentável e de resultado, encontrem equilíbrio ambiental harmonizando produção e conservação ambiental. Isto só será possível se cada bicho homem assumir a sua responsabilidade, pois, sejamos honestos, nós sociedade somos os responsáveis pelos impactos ambientais no planeta.

Cada passo ou ação que fizermos estaremos agredindo o meio ambiente. Estou enganado? Claro que não, é só pararmos para enxergar nossos atos de consumo, movimentos ou qualquer ação que fizermos durante o dia e a noite. Até mesmo depois que estivermos em algum campo santo, diga-se cemitério, local que também precisa ter devidos cuidados ambientais.

Em 1965 quando o presidente Castelo Branco sancionou a lei 4771/65, ou seja o Código Florestal Brasileiro, buscou uma alternativa para a época, a mata ciliar tendo como referência a largura do rio, há 45 anos, o parâmetro era a distância geográfica, pois não havia tecnologia, talvez nem energia elétrica, para recalcar água para as residências onde se implantaram as cidades. Hoje temos tecnologia, não é mais o espaço físico que deve nortear o controle de matas ciliares, temos que analisar não apenas a largura do rio, mas o que está a margem, ou seja, topografia, textura de solo - argiloso ou arenoso- a sua profundidade, tipo de ocupação urbana ou rural, enfim, a situação local da propriedade conforme orientam os técnicos da Embrapa. Precisamos também

usar a tecnologia para combater a erosão, o tratamento do esgoto e o destino correto do lixo das atividades humanas.

É claro que é mais importante que se use a tecnologia para tratar o esgoto e o lixo do que afastar as atividades econômicas um metro a mais a margem do rio, a não ser que seja área de risco, de alagamento ou deslizamentos ou até erosão descontrolada. A tecnologia deve ser usada sim para combater o impacto das atividades humanas ao meio ambiente, as leis devem ser flexíveis e evolutivas conforme a sociedade vai dominando a ciência, isto é, mais ou menos parecido com as leis do trânsito que permitem numa rodovia a mesma velocidade para um Fusca 1970 e um Toyota 2011 com toda a tecnologia incorporada com freios ABS, airbag, computador de bordo, entre outros acessórios.

Por isso, a lei ambiental como qualquer outra legislação tem que evoluir de acordo com a tecnologia gerada, a ocupação territorial humana e a atividade econômica que tem velocidade fantástica e faz parte das transformações que vivemos.

Meio ambiente é cada um fazer sua parte com destinação correta do seu lixo e esgoto, e cabe ao poder público investir forte no tratamento de água, esgoto e reciclagem do lixo usando tecnologia. O resto é discurso de ambientalismo radical que procura um culpado pela degradação do meio ambiente. Culpam os agricultores que lutam pela sobrevivência e são responsáveis pelo pão nosso de cada dia, que chega à mesa de todos os brasileiros.

Continuo lutando para que o Brasil construa como propus no Projeto de Lei (PL) 5367/2009, o Código Ambiental, não apenas código florestal, pois meio ambiente envolve, água, ar, solo, flora, fauna e principalmente a sociedade humana. Nós temos buscado o conforto, a tecnologia, o consumo cada vez maior e, por consequência, aumentamos o nosso lixo. Por incrível que pareça ainda não sabemos o que fazer com ele. Vamos refletir e fazer a nossa parte. Assim se desenvolve ambientalismo real, ambientalismo de resultado, não de discursos, utopias, de transferências de responsabilidades ou busca de culpados.

**\*Engenheiro Agrônomo e vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) no Congresso Nacional**

-----  
Assessoria de Imprensa – Deputado Federal Valdir Colatto (PMDB/SC)  
Brasília (61) 3215.5708 e 8115.2828 – Jaque Bassetto  
Chapecó (49) 3328.1516 e 9121.9200 – Veruska Tasca

COLATTO2011-ARTIGO-AMBIENTALISMODERESULTADO